

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito, DOURADOS, Matutino (2011) - 3ª Série
Professor: ACELINO RODRIGUES CARVALHO
Disciplina: Direito Processual Civil - Processo de Conhecimento - Turma "U"
Carga Horária: 136 h **Período Letivo:** 01/2015 a 12/2015

Ementa:

Do Processo de Conhecimento. Da formação, suspensão e extinção do processo. Processo e Procedimento. Procedimento Sumário. Procedimento Ordinário: fase postulatória. Petição Inicial. Tutela Antecipada. Resposta do Réu. Revelia e reconhecimento do Pedido. Fase de saneamento. Providências preliminares. Julgamento conforme o Estado do Processo. Saneamento do Processo. Fase Probatória. Prova. Depoimento pessoal do processo. Confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Audiência de instrução e julgamento. Fase decisória. Sentença. Coisa Julgada. Recursos. O processo nos Tribunais.

Objetivo:

- Fornecer condições e referenciais teóricos para uma visão crítica e atual do Direito Processual Civil, destacando-se sua instrumentalidade, tendências modernas e responsabilidade social dos cidadãos frente ao incentivo do acesso à justiça e a busca por uma "ordem jurisdicional justa" no atual contexto, a partir dos estudos e análises de conceitos e princípios elementares de Jurisdição.

Conteúdo:

A crise do processo
Da formação do processo, da suspensão e da extinção do processo
Processo e procedimento
Do processo como instrumento da jurisdição ao processo como instrumento de garantia de direitos.
O processo como entidade complexa: a relação jurídica processual e o procedimento
As diferentes espécies de processo
Procedimentos no processo de conhecimento
Procedimento sumário
Estrutura
Causas em que se aplica
Desenvolvimento
Procedimento ordinário
Estrutura: fase postulatória, fase de saneamento, fase instrutória e fase decisória
Petição inicial
Conceito
Requisitos
Exame da inicial: deferimento, emenda e indeferimento da inicial, julgamento de ação repetitiva
Pedido
Conceito
Classificação
Características

Requisitos
Espécies
Cumulação
Aditamento
Interpretação
6.4. Antecipação de tutela
Conceito
Fundamento
Hipóteses de concessão e seus pressupostos
Tutela antecipada no caso de fundado receio de dano
Tutela antecipada na hipótese de abuso do direito de defesa
Tutela antecipada em caso de pedido incontroverso
A necessidade de fundamentação
Natureza da decisão antecipatória de tutela
A efetivação da tutela antecipatória
Antecipação de tutela na sentença
Antecipação de tutela nos tribunais
Antecipação de tutela nas obrigações de fazer e de não fazer e para entrega de coisa
Efetivação da decisão antecipatória de tutela
Tutela antecipatória e tutela cautelar: a fungibilidade das tutelas de urgência
Resposta do réu
Atitudes do réu diante da citação
Resposta do réu no sistema do CPC
Prazo para resposta
Momento para a resposta
Exceção: direito de defesa
Fundamento
Espécies de defesa
Forma
Contestação
Conceito
Princípio da eventualidade
Conteúdo
Requisitos
Ônus da impugnação
Réplica
Exceção
Generalidades
Exceção de incompetência
Exceção de impedimento e suspeição
Reconvenção
Conceito
Natureza
Cumulação objetiva
Fundamento
Pressupostos da admissibilidade
Procedimento
Autonomia procedimental

Recurso
Revelia
Conceito
Caracterização
Efeitos
Causas excludentes dos efeitos da revelia
Comparecimento posterior do revel
Alterabilidade do pedido e da causa de pedir em caso de revelia
Reconhecimento jurídico do pedido: cabimento e pressopostos
Ação declaratória incidental
Conceito
Ponto e questão
Questões Prévias: preliminares e prejudicial
Natureza
Objeto
Fundamento
Função
Pressupostos
ADI e revelia
ADI no procedimento sumário
Legitimidade
Procedimento
Recurso
Fase de saneamento do processo
Providências preliminares
Etapas
Providências
Julgamento conforme o estado do processo
Extinção anômala do processo
Julgamento antecipado da lide
Saneamento do processo: audiência preliminar
Prova
Teoria geral das provas
Conceito
Finalidade
Destinatário
Objeto
Meios de prova
Momento
Fatos que independem de prova
Ônus da prova
Poderes probatórios do juiz: verdade real e verdade formal
Prova indiciária
Prova ilícita
Prova emprestada
Das Provas em espécies
Interrogatório
Depoimento pessoal

Confissão
Prova documental
Exibição de documento ou coisa
Prova testemunha
Prova pericial
Inspeção judicial
Audiência de instrução e julgamento
Conceito
Características
Atos preparatórios
Fases
Adiamento
Documentação
Sentença
Conceito
Elementos
Espécies
Classificação da sentença de mérito
Efeitos
Coisa julgada
Conceito
Coisa julgada formal e coisa julgada material
Sentenças que não fazem coisa julgada
Limites objetivos da coisa julgada
Limites subjetivos da coisa julgada
Eficácia preclusiva da coisa julgada
A coisa julgada nas ações coletivas
Recursos
Teoria geral dos recursos
Conceito de recurso
Natureza
Finalidade
Princípios inspiradores do sistema recursal
Juízo de admissibilidade e juízo de mérito
Pressupostos da admissibilidade
Efeitos
Classificação
Recursos em espécie
Apelação
Agravo
Embargos de declaração
Embargos infringentes
Recurso ordinário constitucional
Recurso especial e recurso extraordinário
Embargos nos tribunais superiores
Recurso adesivo
Incidentes no procedimento recursal
Uniformização de jurisprudência

Declaração de Inconstitucionalidade
Generalidades
Pressupostos
Procedimento
Declaração de constitucionalidade
Generalidades
Pressupostos
Procedimento
Homologação de sentença Estrangeira
Cabimento
Competência
Pressupostos
Procedimento
Ação rescisória
Natureza
Objeto
Hipóteses de cabimento
Legitimação ativa
Antecipação de tutela
Juízo rescisório e juízo rescindendo
Procedimento
A ordem dos processos nos tribunais

Metodologia:

Aulas expositivas e dialogadas em que se procurará aliar a teoria à prática, com a consequente participação dos estudantes com discussão de textos legais, de doutrina e de jurisprudência e eventual realização de seminários. A disciplina será ministrada levando-se em conta as modificações operadas no sistema processual com vistas não apenas à atualização dos conteúdos, mas também à compreensão dos fundamentos para as reformas implementadas pelo legislador.

Bibliografia:

1. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil. v. 1-2. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRECCO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. v. 2. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 2.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil: processo de conhecimento. v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

THODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. v. I. 40. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (coord). Curso avançado de processo civil. v. I. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. v. 2. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BRASIL. Código de processo civil (Lei 13105/2015)

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. v. 2-3. São Paulo: Saraiva, 2007.

DIDIER JR.; Fredie. Curso de direito processual civil. v. 1 e 3. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do processo civil moderno. v. I-II. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

FUX, Luiz (coord.) O novo processo civil brasileiro: direito em expectativa. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme. Antecipação da tutela. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual Civil. v. I. 9. ed. São Paulo: Millennium Editora, 2003.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios fundamentais: Teoria geral dos recursos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

_____. Código de processo civil comentado. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SILVA, Ovídio A. Batista da. Curso de processo civil. v. I. 5. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

WATANABE, Kazuo. Da cognição no processo civil. Campinas: Bookseler, 2000.

Critérios de Avaliação:

1 – Avaliações periódicas:

A verificação da aprendizagem durante o ano letivo far-se-á através de duas (02) a quatro (04) avaliações constantes de provas escritas ou orais, cujas datas serão fixadas de acordo com as normas da UEMS, com antecedência mínima de sete (07) dias da realização, além de seminários, relatórios, resumos e fechamentos de obras ou capítulos de obras, comentários de artigos e de jurisprudências, resenhas de obras jurídicas, participação e relato de atividades práticas e outros meios, sempre com temas e datas previamente estabelecidas, apurando-se a média anual pela somatória das notas e divisão pelo número de avaliações, buscando a obtenção da média 6,0 (seis).

2 – Prova optativa:

Será oferecida avaliação optativa de conformidade com as normas da instituição.

3 – Exame final

Aos acadêmicos que porventura não lograrem êxito na obtenção da média igual ou superior a 6,0 (sete), será facultado submeter-se ao exame final, nos moldes exatos das normas regulamentares da Instituição.

ANDRE MARTINS BARBOSA
Coordenador de Curso

ACELINO RODRIGUES CARVALHO
Professor